

Reunião da Comissão Executiva

Local: Sala de Reuniões dos Órgão de Gestão

Data: 11 de janeiro de 2012 **Hora:** 13h30

Convocados	Presentes
Presidente: Prof. ^a Doutora Maria Leonor Moniz Pereira	✓
Prof. Doutor Francisco José Bessone Ferreira Alves	✓
Prof. Doutor Daniel Tércio Ramos Guimarães	✓
Prof. Doutor Filipe Manuel Soares de Melo	✓
Prof. ^a Doutora Cristina Paula Fidalgo Negreiros Monteiro Bento	✓

Agenda	Decisões/Ata
Informações	Foi dado conhecimento da resposta da Direção do Conselho Científico ao DESPACHO N.º 15-PD-11 do Presidente da FMH, relativa às medidas a serem tomadas no próximo ano. Será solicitado a todos os membros do Conselho Científico o envio de propostas adicionais a inscreverem-se na resposta a cada uma das medidas visando a elaboração do Plano de Atividades para 2012. Foi decidido dar conhecimento a todos os Conselheiros da resposta ao Presidente da FMH.
1 Preparação do relatório do Conselho Científico	1 Foi apresentada uma proposta de estrutura para a elaboração do Relatório Anual do Conselho Científico. Decidiu-se a divulgação da estrutura a todos os membros do Conselho Científico a quem será também solicitado o envio de iniciativas ou propostas que considerem pertinentes para o mesmo relatório. O agendamento das reuniões das Comissões será feito de acordo com as respostas recebidas.

Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião às 15 horas

(Prof.^a Doutora Leonor Moniz Pereira)

(Prof. Doutor Francisco José Bessone Ferreira Alves)

Anexos

Anexo I

Relatório do CC – 2011

1. Regulamentação produzida
 - a. Especialista
 - b. Período experimental
 - c. Licenciatura
 - d. Investigação
 - e. Pós-doc
 - f. Cursos não-conferentes de grau
2. Cursos de Doutoramento
 - a. Normas de transição D
 - b. Discussão aceitabilidade de artigos em revistas sem FI
 - c. Regulamentação do seu funcionamento
 - d. Divulgação
 - e.
3. Comissão de ética
4. Distribuição de serviço
 - a. Perfil da contratação de docentes
 - b. Normas
 - c. Coordenação de áreas disciplinares
5. Júris de D e M
6. Teses e estágios Mestrado
7. Equivalências
 - a. Disciplinas
 - b. Grau académico
8. Creditação de formação
9. Novos cursos
 - a. PG Educação Especial
 - b. M Educação Especial
 - c. PG O&M
 - d. M Ergonomia
 - e. ...
10. Avaliação de processos de período experimental
11. Provas de agregação
12. Concursos catedrático
13. Departamentos: relatórios de actividade dos Lab e CE

Anexo II

DESPACHO N.º 15-PD-11

O orçamento da FMH para 2012 será severamente afectado por um conjunto de cortes na receita. A transferência de verbas de orçamento de estado foi reduzida em 8.5%, como é do conhecimento público, e as verbas a transferir pela FCT foram limitadas a um valor inferior a 500.000 euros, o que corresponde a um corte muito significativo em relação aos valores transferidos em 2011. Como também é do conhecimento geral, a crise económica está a repercutir-se no rendimento disponível das famílias com uma implicação na redução da procura de formação universitária, na desistência de frequência de cursos, e no incumprimento face aos pagamentos de propinas.

A redução das verbas provenientes do Orçamento de Estado para o funcionamento da FMH foi muito grande: entre 2010 e 2012 a FMH recebeu menos 2.145.000 euros, ou seja menos 32%. Uma parte dessa redução foi sentida por todas os docentes e funcionários, porque incidiu directamente sobre os seus vencimentos, mas outra parte teve que ser acomodada por receitas próprias da FMH que também perspectivam agora uma redução já com alguma expressão.

O pagamento de vencimentos e outros encargos com pessoal docente e não docente absorve já uma parcela importante das receitas geradas pela FMH. Em 2011 a FMH gastava 1.111.000 mil euros das suas receitas próprias para pagar encargos salariais, e em 2012 esse valor será de 1.548.000 euros, ou seja, teremos que gastar mais 437.000 euros de receitas próprias para pagamentos de salários. Para referenciar este valor ao montante da receita própria da Faculdade, entenda-se que cerca de 80 % das receitas de propinas de 1º e 2º ciclo são já consumidos directamente no cumprimento de encargos salariais.

É também previsível que a evolução orçamental num futuro próximo não perspetive uma inversão desta tendência, como tem sido frequentemente salientado pelos Reitores das Universidades Públicas e pelo CRUP. Inúmeros alertas para um risco eminente de insustentabilidade do Ensino Superior são perceptíveis no discurso de todos os agentes deste sector, em Portugal e em outros países europeus. A evolução do cenário económico na Europa não contribui para aliviar a pressão orçamental dos estados, nem para reduzir ou sequer estabilizar as ameaças que se têm agravado sobre o financiamento das Universidades.

Neste ambiente complexo de forte contenção orçamental, as Universidades são conduzidas à tomada de decisões de alteração dos seus próprios processos e modos de actuação, e obrigadas à implementação de medidas de corte de despesa e de aumento de receita.

Assim, e considerando que:

- a capacidade da FMH para cumprir a sua missão será fortemente penalizada pelas restrições orçamentais já conhecidas, não sendo possível manter os níveis de conforto actualmente praticados;
- que todos os Órgãos de Gestão da FMH reconhecem estas dificuldades assim como a necessidade de coordenar esforços e desenvolver iniciativas tendentes a permitir a sustentabilidade do ensino e investigação, conforme conclusão de reuniões entre Órgãos de Gestão;
- que as estruturas da FMH têm as virtualidades para propor soluções e dinamizar processos de redução de despesa e de aumento de receita;
- que os desafios que se colocam dizem respeito a todos, e a todos se exige a empenhada participação na criação das soluções necessárias à nossa sustentabilidade;

Determino que os diferentes Órgãos de Gestão, dentro das suas respectivas atribuições, apresentem conjuntos de medidas para 2012, e que as mesmas sejam devidamente enunciadas, balizadas por objectivos, e associadas a processos de controlo por intermédio de relatórios de evolução das mesmas.

Assim, determino que o Conselho de Gestão apresente o conjunto de medidas necessárias à redução da despesa de funcionamento, com especial atenção para (1) a renegociação dos valores e contraprestação dos contratos de prestação de serviços em vigor, (2) as medidas de contenção de despesas correntes relativas a consumos de água, energia e comunicações, (3) as aquisições de bens e serviços não contratualizados, e (4) as medidas gerais de funcionamento dos serviços que possam reduzir despesa. Mais determino que seja apresentada (5) proposta de reformulação de tabelas de emolumentos, (6) proposta actualizada de cedência de instalações, (7) reapreciação do sistema de *overheads* a aplicar a todas as receitas passíveis de cativação, (8) os regulamentos aplicáveis à prestação de serviços que sejam imprescindíveis à sustentação do corte da despesa, à compensação do trabalho docente gerador de receita, e da prestação de serviços, (9) as alternativas de gestão de serviços e funcionários não-docentes numa óptica de redução de despesa e aumento de eficiência.

Determino que o Conselho Científico apresente o conjunto de medidas de promoção de receita relativa a (1) oferta de pós-graduações não conferentes de grau, (2) promoção de candidaturas a fontes de financiamento de natureza científica nacionais e internacionais. Determino também, e no sentido da redução da despesa, que sejam formalizadas (3) as medidas de articulação entre a formação conferente de grau e a oferta opcional que lhe possa ser associada, numa óptica de rentabilização de recursos humanos, (4) as medidas de optimização de recursos docentes considerando os planos de estudos em vigor, com especial atenção à organização funcional de cursos de 2º ciclo, (5) as regras a adoptar na constituição de júris de modo a reduzir a despesa com deslocações e estadias, (6) as medidas tendentes à forte redução de despesas de contratação, estadia e deslocações de professores visitantes, (7) a reorganização das

actividades de estágio no sentido da redução da despesa com ajudas de custo e boletins itinerários, e (8) a optimização geral da distribuição de serviço docente.

Determino que o Conselho Pedagógico apresente as (1) as propostas de racionalização da actividade de ensino no sentido da redução de custos por utilização de instalações externas à FMH, (2) a dinamização da actividade de publicação de interesse pedagógico, (3) a avaliação e acompanhamento permanente do abandono escolar, com apresentação das medidas necessárias à sua contenção, (4) as medidas necessárias à promoção externa da oferta formativa da FMH, no sentido da cativação de mais e melhores estudantes.

O Presidente da Faculdade de Motricidade Humana determina ainda que as medidas que venham a ser propostas pelos Órgãos de Gestão sejam apresentadas de tal modo que seja possível (i) **identificar claramente os objectivos de cada medida**, (ii) **quantificar os objectivos de cada medida**, (iii) **dimensionar por estimativa o respectivo impacte financeiro**, (iv) **programar o desenvolvimento de cada medida para 2012-2013**, e (iv) **monitorizar a evolução das medidas propostas por meio de relatórios periódicos**.

Tendo em atenção que a preparação atempada do ano de 2012 é condição de sucesso para o desenvolvimento da FMH, e que será absolutamente desejável que o próximo ano se inicie com a maior serenidade e com a disponibilização da maior quantidade de informação possível para a orientação da actividade de docentes e funcionários, determino que o conjunto das medidas propostas por cada Órgão de Gestão me seja apresentado até 15 de Dezembro para se poder proceder em tempo útil à articulação que vier a ser necessária entre as diferentes medidas.

Cruz Quebrada, 25 de Novembro de 2011

O Presidente da Faculdade de Motricidade Humana

Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto

Exmº Srº

Presidente da Faculdade de Motricidade Humana

Professor Doutor Carlos Neto

Em resposta solicitado a direcção do Conselho Científico tendo por base os princípios aprovados em Conselho Científico vem propor o conjunto de medidas seguintes:

(1) Oferta de pós-graduações não conferentes de grau

Foi elaborado e aprovado em CC o regulamento de cursos não conferentes de grau. Após a sua publicação estarão criadas as condições para os docentes prepararem os cursos considerados relevantes para o efeito. Sugere-se que, sempre que possível, estas novas formações integrem disciplinas já existentes em cursos da FMH. Deverão ser os departamentos e as secções autónomas a dinamizar e coordenar esta actividade.

(2) Promoção de candidaturas a fontes de financiamento de natureza científica nacionais e internacionais. Manter a divulgação da informação relativa aos diferentes concursos que venham a surgir, tal como tem sido feito no passado recente, e incentivar a candidatura, nomeadamente a concursos FCT, da Comunidade Europeia e projectos bilaterais. Promover condições de apresentação de candidatura a diferentes organismos que financiam a ciência, tal como a Fundação Gulbenkian e outras.

(3) As medidas de articulação entre a formação conferente de grau e a oferta opcional que lhe possa ser associada, numa óptica de rentabilização de recursos humanos. Até á presente data foi já posto em prática: a) frequência avulsa de disciplinas; b) identificar conjunto de disciplinas que podem corresponder a cursos de pós-graduação.

(4) Medidas de optimização de recursos docentes considerando os planos de estudos em vigor, com especial atenção à organização funcional de cursos de 2º ciclo,

Até á presente data foi já posto em prática: a) disciplinas nos mestrados com os mesmos ECTS podem funcionar como opcionais de outros mestrados, b) identificados conjuntos de disciplinas que podem corresponder a cursos de pós-graduação, c) identificados blocos de matéria igual nos mesmos cursos ou em cursos diferentes que passaram a ser leccionados conjuntamente.

No futuro: a) rever a distribuição do numerus clausus total da FMH por cursos utilizando o critério de primeira opção de escolha de modo a minimizar o impacto das desistências durante o primeiro semestre do primeiro ano dos cursos b) em conjunto com os coordenadores das áreas disciplinares e os regentes das diversas disciplinas será revista o currículo numa óptica de melhor gestão de recursos sem perda de qualidade do mesmo iniciando o trabalho pelos cursos de 2º ciclo. c) No caso dos cursos do primeiro ciclo a análise dos actuais currículos deverá promover alterações no sentido de: c1) agrupar blocos de matéria num menor número de disciplinas; c2) diminuir o nº de horas de leccionação em instalações exteriores à FMH; c3) estudo de situações de estágio no sentido de promover a sua integração com as actividades de apoio á comunidade ou de investigação; d) retomar o semestre de 13 semanas de modo a possibilitar a oferta de actividades lectivas de 3º ciclo ou não conferentes de

grau de diversos tipos, permitindo a frequência de alunos estrangeiros, fundamentalmente oriundos dos países lusófonos.

- (5) **Regras a adoptar na constituição de júris de modo a reduzir a despesa com deslocações e estadias.** Já foi posta em prática em todos os casos onde a legislação o permite. Esta prática é para manter. No caso dos doutoramentos, a vinda de professores estrangeiros, que não poderá deixar de ser mantida pelas importantes implicações que tem na comprovação da qualidade das provas e na estabilização de redes internacionais de docência e investigação, continuará a ser suportada por verbas de projectos, parcela das propinas atribuída à gestão dos docentes orientadores e pelo CIPER ou outros centros de investigação.
- (6) **Medidas tendentes à forte redução de despesas de contratação, estadia e deslocações de professores visitantes.** A participação de professores visitantes para leccionação em formações de 2º ciclo foi já fortemente restringida no ano lectivo passado. Os casos restantes serão aceites apenas quando se encontrarem ao abrigo de protocolos ou programas internacionais que as sustentem financeiramente.
- (7) **Reorganização das actividades de estágio no sentido da redução da despesa com ajudas de custo e boletins itinerários.** O Conselho Científico desconhece o quadro actual deste problema. Perante a disponibilização de informação a ele referente, poderá, em conjunto com os coordenadores das actividades de estágio dos vários cursos e com os respectivos coordenadores, no respeito pela legislação em vigor, estudar formas alternativas de organização que levem a uma diminuição destas despesas.
- (8) **Optimização geral da distribuição de serviço docente.** A racionalização da distribuição de serviço da FMH tem sido uma preocupação constante deste Conselho Científico, no respeito pela lei e evitando rupturas de funcionamento. As alterações foram significativas nos últimos 2 anos. Perante as estruturas curriculares existentes na FMH, a capacidade de manobra é, neste âmbito, restrita, já que terão sempre que ser salvaguardados os princípios básicos da qualidade de ensino, a especificidade das áreas de leccionação e a especialização e competência adquirida dos docentes. No entanto, algumas das medidas a implementar referidas nos pontos anteriores implicam intervenção directa ou indirecta na distribuição de serviço.

Com os melhores Cumprimentos

Cruz Quebrada, 30 de Dezembro de 2011

Leonor Moniz Pereira

Presidente do Conselho Científico